

# DOSSIÊ: ECONOMIA AGROINDUSTRIAL

## APRESENTAÇÃO

Nesta edição, a *Revista Paranaense de Desenvolvimento* apresenta um dossiê sobre Economia Agroindustrial. E isto ocorre justamente num momento em que a economia brasileira vem passando por uma profunda reestruturação, na qual a indústria de transformação vem perdendo participação no PIB total, o setor agropecuário e todas as atividades do agronegócio paulatinamente vêm crescendo, a ponto de ter se tornado uma importante fonte para o crescimento econômico brasileiro. Esse avanço, tanto em termos de produção quanto em termos de uso de fatores de produção, principalmente da terra, tem gerado inúmeros debates nos mais diversos ambientes, como o político e o acadêmico, por exemplo.

De fato, essa discussão não é recente. Olhando para a história, podemos encontrar várias ocasiões em que a atividade agrícola ocupou posição central no debate econômico. No final da Era Vargas, por exemplo, uma valiosa discussão foi travada entre Roberto Simonsen, industrial e presidente da Federação das Indústrias de São Paulo - FIESP e da Confederação Nacional da Indústria - CNI, e Eugênio Gudín, um dos primeiros economistas brasileiros. O primeiro, imbuído do espírito nacional-desenvolvimentista, afirmava que havia a necessidade de o Estado desenvolver políticas para a promoção da industrialização; o segundo, liberal, acreditava que o Brasil deveria se especializar na produção agropecuária, considerada um dom natural nesse país de imensidão territorial, de águas fartas e de sol abundante. Esse debate foi ricamente ilustrado por duas obras publicadas pelo IPEA<sup>1,2</sup>.

Ao longo de décadas, a produção agropecuária sempre teve um papel de destaque no Brasil e decididamente contribuiu para que o País pudesse avançar no processo de industrialização. Foi notável o esforço da agricultura em transferir capitais para outros setores, particularmente ao industrial, gerar divisas por meio das exportações, formar um mercado consumidor amplo para uma gama muito grande de bens e, também, em liberar mão de obra para outras atividades.

A atual estrutura da produção agropecuária é extremamente diversificada, abrangendo pequenos produtores familiares que produzem com técnicas literalmente arcaicas até grandes produtores intensivos em tecnologia que estão voltados a atender às demandas mundiais. Entre esses dois extremos há uma miríade de possibilidades, mas o que se nota no setor é uma elevada heterogeneidade entre as dimensões da produção, incluindo a terra, e igualmente das técnicas utilizadas para produzir. Coexistem técnicas que possibilitam elevadas produtividades de terra e trabalho, por meio da intensidade do capital, com técnicas simples e rudimentares, desamparadas e desassistidas de qualquer tipo de conhecimento.

<sup>1</sup> **A controvérsia do planejamento na economia brasileira:** coletânea da polêmica Simonsen x Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Roberto Cochrane Simonsen, Eugenio Gudín. 3.ed. Brasília: Ipea, 2010. 200p.

<sup>2</sup> **Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945/** ensaios e comentários de Aloísio Teixeira, Gilberto Maringoni, Denise Lobato Gentil. Brasília: Ipea, 2010. 128p.

Essa temática da tecnologia é justamente apontada pelo artigo do Professor Alfredo Homma. Embora o estudo seja direcionado à Amazônia, suas premissas, constatações e análises são generalizáveis a todo o Brasil. Os muitos anos à frente da Embrapa lhe possibilitaram desenvolver uma visão abrangente dos diversos sistemas de produção da Amazônia, incluindo o extrativismo, os sistemas agroflorestais e a piscicultura, por exemplo. Como é de conhecimento comum, a Amazônia atrai a atenção de todo o mundo, principalmente para a manutenção da floresta em sua condição original. Porém, sabe-se que há um custo para que isso possa acontecer, e esse custo recai justamente sobre a população da própria região, que permanece “refém” de uma proposta ambiental exógena. Desenvolver a Amazônia é uma necessidade e uma urgência, mas a questão fundamental são os tipos de desenvolvimento. Deve-se buscar um desenvolvimento qualitativo, e não apenas quantitativo, baseado apenas numa métrica de crescimento. O professor nos apresenta possíveis trajetórias agropecuárias para que o desenvolvimento, no sentido mais nobre do termo, seja alcançado na Amazônia e reverberado para todo o Brasil.

Desde sua implantação no Brasil, as atividades da agricultura e da pecuária sempre necessitaram incorporar novas áreas. Nesse sentido, a fronteira dessas atividades é móvel. Atualmente ela avança pelos estados da Região Norte, onde justamente está localizada a floresta amazônica. Sabe-se que a floresta e a agropecuária são atividades concorrentes, na qual esta, em geral, substitui aquela. Além da perda da biodiversidade da flora e fauna, a conversão em áreas de cultivo e pastagens eleva a propensão para a lixiviação, a erosão, o assoreamento e a diminuição do nível do lençol freático. Pelo fato de a substituição da floresta acarretar inúmeros problemas ambientais, há toda uma preocupação em possibilitar a conciliação entre essas duas atividades. Na verdade, existem grupos que defendem a manutenção incondicional da floresta com suas características originais.

A questão ambiental é realmente importante e deve ser internalizada na discussão em todos os âmbitos. Os próprios produtores rurais estão começando a perceber que eles estão entre os agentes mais penalizados, pois uma variável fundamental para a produção é o clima. Estiagens prolongadas, chuvas em excesso e mudanças temporais dos regimes climáticos constituem elementos de grandes perdas para a agropecuária.

Essa preocupação ambiental é delineada no trabalho de Adriana Fragalli, Alejandro González e Luiz Panhoca. O estudo dos autores analisou duas variáveis fundamentais para a produção agropecuária: uso de energia e os gases de efeito estufa. As culturas escolhidas são três das mais importantes: soja, milho e trigo. Embora todas elas possam se caracterizar por serem *commodities* agrícolas, suas especificidades estão também relacionadas com o tipo de impacto que geram. A soja, por exemplo, tem um grande impacto por conta do uso de defensivos químicos; já o trigo e o milho, por conta do uso de fertilizantes. O uso de combustível nas máquinas e equipamentos consiste no terceiro de maior impacto tanto na energia quanto na quantidade de gases emitidos. Os autores confirmam o argumento de muitos outros trabalhos ao constatarem que a provisão de alimentos é fortemente dependente de insumos externos à unidade de produção.

Tornar a unidade de produção menos dependente de recursos externos é, de fato, uma preocupação e, talvez, o desenvolvimento tecnológico, como apontado por

Homma, possa ser uma solução aos produtores. Mas uma segunda preocupação, sobretudo para os pequenos e médios produtores – os quais se defrontam com baixa escala de produção, pouco acesso a recursos financeiros e tecnológicos e igualmente com técnicas mais rudimentares de produção – é a questão da geração de valor. A produção orgânica, que notadamente consegue agregar valor ao bem, pode ser uma estratégia importante para os pequenos e médios produtores. Nessa perspectiva, há de se considerar também as Indicações Geográficas.

As Indicações Geográficas têm um papel bastante amplo, pois visam proteger elementos imateriais que se relacionam com a produção agropecuária. Tais elementos estão relacionados com a cultura e com as tradições de produção em um determinado local e são garantidos como uma propriedade atestada pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI. O reconhecimento da Indicação Geográfica permite que os produtores não sejam expropriados do seu saber, da sua cultura, do seu modo de vida; pelo contrário, assegura uma fonte de renda adicional, que lhes confere legitimidade e reputação.

O artigo elaborado por Adriano Alves de Rezende, Marcelo dos Santos da Silva e Lindomar Pegorini Daniel analisa a potencialidade da Indicação Geográfica para os artesãos oleiros de Maragogipinho e para a farinha de copioba produzida em Nazaré, no Recôncavo Baiano. São duas atividades tradicionais que estão intimamente ligadas ao local e ao modo tradicional de produção. Obter a Indicação Geográfica é expressar de forma legítima o reconhecimento de um saber tradicional que se incorpora ao bem. É também uma forma de assegurar aos produtores um mecanismo mais justo de inserção no mercado e evitar alguns tipos de risco.

A atividade agropecuária é, de maneira geral, a que se defronta com os maiores níveis de risco entre todas as atividades econômicas. Além dos riscos de comercialização e do financeiro, comum em todos os ramos de atividade, há também os riscos climáticos e de pragas, por exemplo. Pacotes tecnológicos ajudam a evitar alguns problemas naturais e o próprio mercado financeiro tem produtos que minimizam os riscos aos produtores. Para compreender melhor uma perspectiva de risco pouco explorada na literatura, José Mauro Magalhães Ávila Paz Moreira, Flavio José Simioni e Lorena Figueira de Santana apresentam um trabalho que analisa a distância (custo) de transporte no risco e retorno econômico de um sistema de produção modal de eucalipto. A dimensão do estudo nos fornece um tema pouco analisado mas de importância significativa, uma vez que, para bens de baixo valor agregado – como é o caso de muitos produtos agropecuários –, os riscos com o transporte podem tornar a atividade inviável economicamente. Aliás, como ressaltam os autores, antes da decisão sobre o plantio é dever dos produtores conhecer os custos da atividade, incluindo o transporte.

Como ressaltado anteriormente, uma parte da produção agropecuária é destinada aos mercados estrangeiros. Dadas as condições territoriais favoráveis, o Brasil teria naturalmente vantagens na produção e na exportação de um conjunto muito amplo de bens agropecuários. Do ponto de vista macroeconômico, tradicionalmente o balanço de rendas e de serviços é deficitário e, dependendo do nível de atividade econômica doméstica e estrangeira e do valor da taxa de câmbio, o Brasil torna-se um grande importador de muitos

tipos de mercadorias estrangeiras, incluindo bens supérfluos e máquinas e equipamentos. Nesse contexto, as exportações da indústria de transformação se encontram deprimidas, tornando as exportações do setor agropecuário o mais importante fator para diminuir o déficit em transações correntes.

Visando quantificar a vantagem comparativa dos bens agropecuários, o trabalho da Adriana Diniz nos traz uma análise dos vinte principais bens agropecuários exportados pelo Brasil. A análise é surpreendente. Alguns bens se mostraram com elevada vantagem comparativa, outros com vantagem mediana e alguns poucos com desvantagem. Essa constatação, de certa forma, aponta para duas questões básicas. A primeira é o potencial de crescimento que alguns bens têm nos mercados internacionais. A segunda revela subjetivamente a falta de estrutura, incluindo infraestrutura, para o setor. Mais uma vez, retoma-se o argumento do Professor Homma, que salienta a importância do aprimoramento técnico e científico que forneça conhecimento a essa atividade tão valiosa ao Brasil.

É consenso que o Brasil apresenta uma imensa heterogeneidade em vários aspectos, incluindo renda, concentração populacional, área de produção e tecnologia, entre outros. E no setor agropecuário não seria diferente. Indiretamente, os estudos apresentados nesse dossiê nos mostram as potencialidades e os desafios para o avanço da agropecuária. De forma específica, eles sinalizam a necessidade de melhorar o nível de conhecimento, de atentar para questões ambientais, de encontrar mecanismos para agregar mais valor, de gerir riscos e de elevar a vantagem comparativa. Dessa forma, poderá haver uma harmonização entre a importância que o setor tem para toda a sociedade e suas próprias condições de operacionalidade.

Por fim, aproveito este momento para expressar minha imensa gratidão a todos os envolvidos no valioso trabalho prestado pela *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, em especial ao seu editor, Roberto Carlos Evencio de Oliveira Silva, pela confiança demonstrada e pela oportunidade em organizar esse dossiê temático.

Rodolfo Coelho Prates  
*Organizador*